

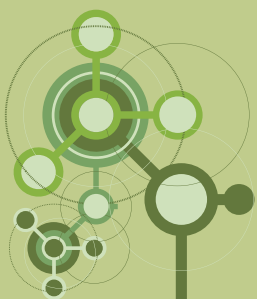
O impacto do Observatório de Comunicação Pública na democracia brasileira

The impact of the Observatory of Public Communication on Brazilian democracy



Paula Andressa de Oliveira

- Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR);
- E-mail: paulaandreolioliveira@gmail.com



Maria Helena Weber

- Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Mestre em Sociologia e bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Professora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, onde já atuou como coordenadora;
- Atualmente é pesquisadora bolsista do CNPq e coordena o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política e o Observatório de Comunicação Pública (CNPq e UFRGS);
- Também integra o Conselho Gestor do INCT-DD (Democracia Digital).

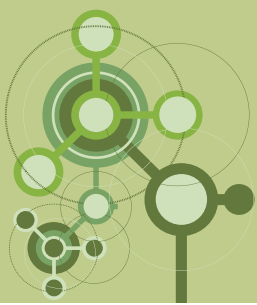
Na busca por entender o papel e a importância da comunicação pública no Brasil, a professora Maria Helena Weber, coordenadora do Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP), fala sobre o papel do Observatório criado em 2015, com o objetivo principal promover a discussão e a pesquisa no campo da comunicação pública, política e governamental.

Durante a entrevista, Maria Helena Weber detalha os desafios enfrentados pelo Observatório ao longo de quase uma década de funcionamento, destacando as dificuldades financeiras e a importância do voluntariado na manutenção das atividades. Ela também explora como o Observatório contribui para a pesquisa e a extensão acadêmica, atuando em diversas universidades e estabelecendo parcerias internacionais. Além disso, a professora Weber aborda os principais projetos de extensão e ações desenvolvidas pelo OBCOMP, ressaltando a importância da comunicação pública para a democracia.

A entrevista traz uma visão sobre o futuro do Observatório, enfatizando a necessidade de expandir e aprofundar suas atividades, sempre com foco no interesse público e na promoção do debate democrático. Por fim, Maria Helena Weber oferece uma análise crítica do cenário atual da comunicação pública no Brasil, destacando os desafios e avanços observados ao longo dos anos. Esta entrevista é uma oportunidade única para compreender a relevância do OBCOMP e o impacto de suas iniciativas na sociedade.

ORGANICOM – Qual é o objetivo principal do Observatório de Comunicação Pública? E como ele se encaixa no contexto da comunicação pública no Brasil?

Maria Helena Weber – Esse Observatório foi consequência de um dos recursos obtidos no edital do CNPq de 2015. Vamos para o nono ano de funcionamento. A ideia é que [proporcionasse] a discussão da comunicação pública. Ela é uma discussão que às vezes traz controvérsia, ou seja, ela é usada como uma tradução pura e simples de sistemas de comunicação que são ativados pelas instituições públicas na democracia. E eu integro todas as publicações e faço produção científica e coordeno também o Núcleo de Comunicação Pública e Política. De um lado tem um cunho habermasiano da esfera pública e, por outro lado, ele segue também toda a reflexão do professor João Pissarra Esteves – português, que há pouco até deu um curso para nós.



Isso significa que a comunicação pública deve responder a determinados princípios que não são simplesmente o modo de falar, de produzir a propaganda, notícias ou mesmo o relacionamento entre uma instituição e a sociedade. Então, o Observatório da Comunicação veio com a ideia de ter um lugar que fosse espaço público, de pesquisa, de classificação de conteúdos e produtos científicos relacionados ao campo da comunicação pública, da comunicação política, da comunicação governamental, que não é necessariamente pública, e da comunicação social, considerando os princípios da democracia e do interesse público e que fosse um lugar também cujo funcionamento permitisse o debate público.

Eu diria que nós não conseguimos fazer essa expansão para a sociedade como gostaríamos, mas ele [o Observatório] existe desde 2015, e estamos vinculados ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD); ao Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital (NUAWEB); à Rede Latino-Americana de Cátedras e Observatórios de Comunicação e Informação, Cultura e Desenvolvimento Social, vinculada ao Intercom; à Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD); à Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Renoj); e integramos o Conselho Mídia e Democracia e o Observatório Nacional de Violência, que é do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ele [o Observatório] tem esse espaço fixo, funcional e digital, mas também nos coloca em outras instâncias para ativar o debate sobre comunicação pública.

Ele está sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP). Mas, hoje, por meio da formação de mestrandos, doutorandos e pessoas de interesse, nós temos [parcerias com] a [Universidade] Federal de Pelotas, Santa Catarina, [a Universidade] Federal de Santa Maria, e inclusive uma universidade francesa, a Sorbonne Nouvelle. E a Universidade de Brasília. Então o funcionamento dele, a organização, é desenvolvida por pesquisadores, alunos, bolsistas e professores dessas universidades.

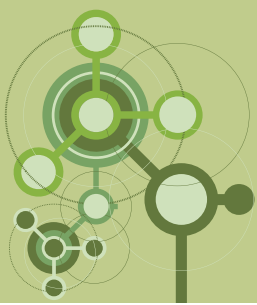
ORGANICOM – O Observatório de Comunicação Pública foi implantado em 2015. Quais foram os principais desafios enfrentados desde a criação do Observatório? Especialmente na manutenção ao longo desses anos.

Maria Helena Weber – O grande desafio é sempre financeiro. Eu sou bolsista CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), então o dinheiro dessa bolsa tem ajudado, como na grande reformulação que nós fizemos de 2022 até 2023. [O projeto] estava bem diferente do que está hoje. Pode-se dizer que os professores que já tinham passado pelo PPGCOM (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) e já tinham saído começaram a se aproximar, então hoje nós temos dezenas de pessoas sustentando o Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP) de maneira absolutamente voluntária, inclusive alunos.

Ele [OBCOMP] é, em algumas universidades, um projeto de extensão, mas nós temos poucas bolsas. Porém, ele acabou ficando tão interessante para essas pessoas que hoje funciona em uma estrutura digital e física. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ele faz parte do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Mas a sustentação dele se dá por meio de investimento voluntário. É uma militância, digamos, de pessoas que têm formação em jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas etc. E elas investem, devido à importância da comunicação pública. Digo militância no sentido da importância que tem a comunicação pública em uma democracia.

ORGANICOM – Como o Observatório contribui para a pesquisa e a extensão na área da comunicação pública? Considerando que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma instituição de referência nessa área de pesquisa.

Maria Helena Weber – Nós temos todos os objetivos do OBCOMP, que são: promover a compreensão de que a comunicação pública é imanente ao Estado democrático; dar visibilidade a temas de interesse público, mídias, campanhas privadas; ao debate público e à pesquisa; à divulgação científica; à prática educacional e à extensão. Então são cinco grandes objetivos que nós temos e a operação disso é que todo o material produzido em seis setores do OBCOMP pode ser usado como material de pesquisa. Nós temos uma biblioteca com milhares de itens de publicações científicas, de mídias públicas, instituições,



legislação e a propaganda de interesse público. Então, tem centenas de campanhas que nós armazenamos e que têm a ver com saúde, com prevenção, com a covid, com a política, e que estão ali disponíveis para estudar. Tanto que a prática educacional, que está dentro de um dos nossos objetivos, foi desenvolvida porque essa propaganda é matéria de estudo de algumas disciplinas do curso de publicidade, em que o aluno pode pesquisar e elaborar textos sobre isso. Inclusive, nós já tivemos um trabalho de conclusão de curso sobre esse processo desencadeado pelo OBCOMP. Então a biblioteca é naturalmente um repositório que oferece informações para todos que estão trabalhando com esse conceito.

Nós também temos dois outros setores, opinião e crítica. E aí fica sempre o convite para vocês, as pessoas, que diante de um determinado fato e de um determinado contexto, podem nos escrever. E nós temos publicado coisas muito importantes, desde a guerra até a qualidade da comunicação pública no Brasil. Sempre tem textos de origem de pessoas e instituições inesperadas, mas que servem à pesquisa, porque são opiniões de pessoas importantes, de pessoas abalizadas.

E um outro setor que também é importante para a pesquisa, além, claro, das notícias que nós compilamos sobre temas de instituições e sobre comunicação pública, é o Percurso e Saberes, como nós denominamos. Ele contém palestras, conferências, depoimentos, entrevistas de pesquisadores e professores de renome nacional e internacional. Então essa que está registrada ali também é material de pesquisa. Ela é bastante importante. No novo formato do OBCOMP que nós estamos fazendo, por exemplo, o último entrevistado foi o professor José Luiz Braga. Assim, temos dois pesquisadores que são do mesmo nível do entrevistado, portanto é uma entrevista que acaba durando uma hora, uma hora e meia e acaba gerando um debate entre eles, e está registrada e disponível também.

ORGANICOM – A senhora deu alguns exemplos. Quais outros projetos de extensão ou ações, de modo geral, o Observatório faz?

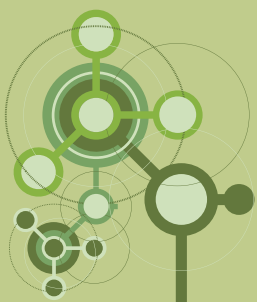
Maria Helena Weber – Tem um projeto bastante interessante de extensão na [Universidade] Federal de Santa Maria, em Frederico Westphalen, em que parte desse Observatório, por meio das professoras Janaína Gomes e Jaqueline Kepler e seus estudantes, desenvolve com escolas da região debates sobre temas como a questão do clima, do meio ambiente. Então, o evento em si é sobre temas que, em tese, não teriam a ver com comunicação pública ou com o OBCOM. Eles são trabalhados dentro do projeto de extensão e os resultados disso são trazidos, são divulgados.

Um outro trabalho interessante dessa prática educacional é o desenvolvido em sala de aula e, além disso, a produção, que eu acho importante, de textos críticos, contextualizados e que não precisam estar formatados dentro das exigências científicas ou da ABNT, mas porque eles são realmente um ensaio que pode ser publicado.

Um outro exemplo é a Galeria, que é o nosso espaço mais ousado e mais novo. Agora estamos no segundo momento, então nós escolhemos um artista, já tivemos duas exposições de fotografia, e elas estão de alguma maneira relacionadas a esses temas, a essas questões imagéticas, mas que têm a ver com a comunicação pública. A primeira exposição foi da professora Sandra Gonçalves, que agora é curadora, e a segunda, do Luiz Carlos Felizardo, que é um fotógrafo gaúcho com premiações internacionais.

Assim, o tipo de trabalho, no caso da Sandra, envolvia uma certa colagem, e eles contêm uma crítica, digamos, ao mundo, ao universo que se vive. Então, aquilo fica circulando no modo randômico e eles também funcionam como cenário para determinadas frases, para determinadas chamadas. As fotos dessa exposição eram acompanhadas de um texto bastante interessante de análise sobre o que significa aquele autor, aquele fotógrafo, artista, e a relação disso com um processo de comunicação.

Nós temos há cerca de sessenta dias essa Galeria, que é um espaço com curadoria. Isso é bastante diferente, porque é uma coisa mais própria de museus, que nós copiamos, mas ela dá uma informação, que não é uma informação para debater, mas cria um processo instigante sobre a comunicação visual, a comunicação imagética, que vai retratar determinadas situações.



Nós percebemos muita repercussão. É por causa de um estranhamento, pois não entendem o que tem a ver com comunicação pública. E nós achamos que isso expande bastante esse tipo de saber.

ORGANICOM – O sucesso do Observatório até aqui também se deve a um corpo diretivo. Entre conselho consultivo e diferentes seções, são mais de sessenta pessoas empenhadas em contribuir com o Observatório. Diante disso, qual é a estrutura de funcionamento do OBCOMP? E como essas estruturas contribuem com o Observatório nesses nove anos de trabalho?

Maria Helena Weber – A estrutura funciona no seguinte sentido: temos uma coordenação geral, com algumas pessoas que têm função deliberativa e fazem uma representação institucional, além de coordenar os editoriais; fazer a produção e toda a avaliação de funcionamento do Observatório, e fazer a gestão de pessoal também. Para cada uma das editorias, existe um desses coordenadores, e eles têm autonomia sobre sua coordenação. Por exemplo, na parte de notícias, temos um coordenador, temos doutorandos, mestrandos e alunos bolsistas que vão cuidar disso. Isso vale para os outros setores também, todos eles, com exceção da Galeria, que tem um trabalho mais unitário. Todas as demais funcionam exatamente com uma equipe, que se reúne, decide e coloca em funcionamento. Ela presta contas de algumas coisas em nossas reuniões de coordenação, mas não há uma submissão desse material ou do andamento, existe uma autonomia em cada um dos seis setores. Isso é bastante interessante porque vai se formando uma configuração diferenciada para cada um deles.

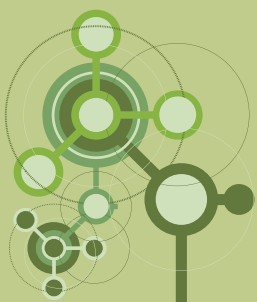
Agora nós estamos fazendo um estudo de uma espécie de manual de orientação, que tem a ver com os objetivos, com os princípios do Observatório, e a gente entende que isso facilita o trabalho e permite que cada um desses setores valorize mais ainda a própria comunicação pública. Nós estamos estudando uma proposta e em breve a gente vai deliberar sobre isso. Então, não há uma coordenação rígida, que vê tudo e a que todos estão submetidos. Ela tem muito mais a função de avaliar e fortalecer o que está sendo feito, e cada setor tem autonomia.

A gente fica sabendo de notícias quando elas saem, ou alguma produção, edição, e o próprio funcionamento da vida na biblioteca. A Camila, por exemplo, na Sorbonne, coordena, junto com o Locatelli, na Federal de Santa Catarina e a Caroline, da Federal de Pelotas, um em cada lugar, eles coordenam os textos de opinião e crítica.

ORGANICOM - Quais são os planos futuros para a OBCOMP? O Observatório pretende expandir ou aprofundar suas atividades?

Maria Helena Weber – Falando do que eu gostaria, mas claro que existe uma comissão. Eu vejo, às vezes, o Observatório com uma função importante que é essa para sair da tela, que a gente poderia organizar eventos ou mais publicações sobre esse tema, porque nós temos informações que muitas instituições e setores de comunicação pública não têm. Então, de que maneira essas informações poderiam ajudar todos esses setores? De que outras instituições nós podemos nos aproximar para que o trabalho que nós fazemos possa ser melhor acessado e contribuir com outros departamentos e instituições? A ideia teórica do Observatório é a relação entre comunicação pública e interesse público, cidadania, debate público, pesquisa, difusão científica e prática educacional de extensão, os objetivos estão dentro desses cinco princípios. Isso é importante de ser compartilhado entre universidades, principalmente as públicas, que precisam obedecer os princípios da comunicação pública e podem gerar debate.

Nós tivemos uma experiência na UFRGS em que o OBCOMP tinha uma coluna mensal dentro do jornal da universidade, em que nós fazíamos a crítica do jornal da Comunicação. Durou um ano essa experiência, depois incomodou alguns, veio o período eleitoral, e não temos mais espaço. Mas foi uma experiência muito, muito boa, porque a redação do jornal da universidade da UFRGS se reunia a partir dos comentários e das críticas que nós fazíamos. E esses comentários e críticas eram realizados pelos doutorandos, pelos mestrandos, sob minha orientação. Então o doutorando, o mestrando, saía da sua rotina, da produção, da tese e da dissertação, e se preocupava com um produto, com um objeto que era de interesse de milhares de pessoas que



circulavam pela universidade. Acho importante o OBCOMP sair da tela. A gente precisa ver a capacidade que nós temos para fazer isso, mas seria um dos objetivos futuros. E a manutenção dele. Com isso, as pessoas teriam uma autonomia cada vez maior, enquanto a UFRGS pudesse abrigar.

ORGANICOM – Como avalia o cenário da comunicação pública no Brasil atualmente? E quais são os principais desafios e avanços observados ao longo dos anos? Até mesmo na parte científica, já que se discutia muito o que era comunicação pública.

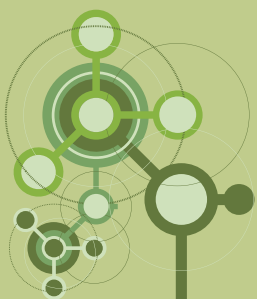
Maria Helena Weber – Nós vivemos um período com muitos perigosos impasses da comunicação pública. Se nós procurarmos, por exemplo, nas instituições municipais e estaduais, talvez encontremos pouquíssimos profissionais. Tomara que eu esteja errada. Mas pouquíssimos profissionais entendem a relação da sua comunicação em atender ao interesse público. Esse é o princípio da comunicação pública, é o princípio de um governo republicano e da democracia. Então me parece que cada vez mais a comunicação das instituições públicas tem se caracterizado pela difusão de notícias e pela produção de propaganda. Isso afasta essas instituições dos princípios fundamentais da comunicação pública, que é a promoção de um debate público, a promoção do interesse público, inclusive a nível federal. No início do governo Lula, nos primeiros dois governos, existia, inclusive, dentro da SECOM, um departamento de comunicação pública; eu estava nesse governo, muito honrada. A discussão sobre a dimensão pública da comunicação era permanente, e eu não vejo isso hoje.

Falta a compreensão de ter uma política de Comunicação estruturada e que deveria orientar a comunicação de governos, de instituições públicas. Evidentemente a comunicação governamental é necessária. Hoje você tem uma EBC (Empresa Brasil de Comunicação) ainda tentando se reestruturar depois dos últimos governos raivosos contra a comunicação pública, mas ainda há comunicação sobre o governo. Me parece que a comunicação pública se tornou um desafio quando ela deveria caracterizar a comunicação, mostrar de que maneira o interesse público está sendo atendido. Há uma promoção, em geral se vê isso nas instituições municipais ou estaduais, que é a promoção da própria instituição, quando ela está ali para representar o cidadão, e defender o interesse público.

É um paradoxo político comunicacional: na medida em que promovo ações voltadas ao interesse público, promovo os atores políticos que estão fazendo isso. Porque ali na frente eles serão candidatos e precisam da construção de uma imagem pública. Então, esse paradoxo permeia a comunicação das instituições públicas. Mas o que importa é entender como isso vem sendo trabalhado, e nós temos cada vez mais a comunicação governamental, que pode existir numa democracia ou não, enquanto num regime autoritário a comunicação pública é deixada de lado, porque é complexo mesmo fazer a comunicação pública. É difícil e você tem que pensar como valorizar o interesse público, naquele cidadão que está recebendo essa informação. E, claro, uma propaganda e uma notícia traduzirão isso numa estética que não necessariamente atende a esses princípios.

Esse é um desafio, principalmente porque não há um debate sobre isso. É algo que deveria sim permear todas as instituições ditas públicas, democráticas, republicanas. Eu acho que isso está faltando, e isso significa reduzir aquilo que nós entendemos como comunicação pública. No NUCOP (Núcleo de Comunicação Pública e Política), que coordeno, a gente tem trabalhado sempre com a hipótese de que a comunicação pública é indicativa da qualidade das democracias. Eu e o Carlos Locatelli escrevemos um artigo, que saiu em um livro recentemente organizado pelo Ricardo Fabbrini, sobre as dimensões da democracia, em que nós tentamos mostrar essa equação. Porque o que é visto do governo é o que é produzido em termos de comunicação. Então, as assessorias teriam que entender o que significa isso. Quanto mais a sociedade é informada, chamada à participação, maior o debate público e maior a qualidade da democracia. E, em uma universidade, por exemplo, quanto mais você difunde a pesquisa científica, o trabalho, a relação com a sociedade, mais comunicação pública você está fazendo.

Durante a pandemia, o modo com que a universidade se expôs foi, talvez, o mais importante acontecimento, além da própria pandemia. Quando nós saímos da nossa sala e fomos ao debate público falar sobre o que fazíamos nas pesquisas.



Isso foi extremamente importante, então deveria haver um canal que permitisse que isso fosse feito de maneira mais consistente. Há muitas instituições que promovem isso, mas poderíamos abrir mais. Esse seria o meu segundo desejo em relação ao OBCOMP, que ele conseguisse ser um espaço de debate público também.

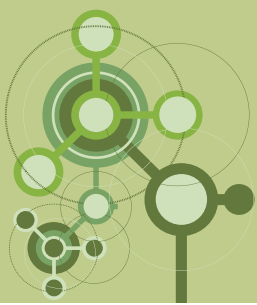
ORGANICOM – Falamos aqui sobre a importância das assessorias terem a noção do que seria a comunicação pública e debaterem sobre. Me questiono se isso passa pela profissionalização e institucionalização das instituições. Institucionalização seria, no caso, manuais de comunicação, critérios estabelecidos dentro das assessorias. Se houvesse uma institucionalização e pessoal com mais qualificação profissional, por exemplo, ajudaria?

Maria Helena Weber – Ajuda, mas acho que isso é algo funcional. Isso é algo institucional, porque precisa saber que a comunicação governamental, a comunicação institucional de órgãos públicos, é comunicação pública. Não é comunicação pública porque é uma comunicação que vai ao público, é porque é um conceito aí dentro. Ela abriga um conceito que é o debate público, que é o interesse público e que se diz ser dentro da esfera pública. Ou seja, em uma democracia, a sociedade também tem que participar, ela também tem que fazer parte desse funcionamento. Como é que uma Câmara de Deputados, o Senado, uma Câmara de Vereadores, uma assembleia, vai atingir a comunicação pública? Você escolheu o objeto mais complexo e mais difícil que existe. Porque existem setores dentro do legislativo que cuidam da comunicação da casa, e eles são obrigados a exercer essa comunicação pública. Mas você tem cada partido, cada deputado, cada senador, cada vereador, que está fazendo a sua própria comunicação, e eu duvido muito que ela seja orientada por uma perspectiva da comunicação pública. É uma comunicação mais pessoal, mais direta, e toda a tecnologia disponível tem ajudado com isso cada vez mais.

Minha pesquisa atual no CNPq chama-se Constrangimentos à Comunicação Pública. E um aspecto é esse, como as pessoas que são responsáveis pela relação de representação e tem que defender o interesse público, o que eles entendem como comunicação. A institucionalização é até mais simples do que a compreensão e a operação desse conceito. Se eu tivesse que colocar no modo funcional, seria primeiro o entendimento e a compreensão desse conceito. E entender por que esse órgão tem que atender o interesse público e como ele vai fazer isso. É muito comum a gente ver que mudam os governos, muda a perspectiva da democracia, e o tipo de comunicação é o mesmo. É a mesma democracia, a que existia no governo do Bolsonaro, com desprezo à imprensa, por exemplo, e a que vai existir agora? Não, mas como essa diferença pode aparecer de fato? A primeira questão é entender teoricamente o conceito. É como se nós imaginássemos aquele grupo de profissionais discutindo teoricamente comunicação pública, interesse público e como isso vai ajudar aquela instituição. Mas normalmente, o que vai acontecer? Você chama a assessoria de imprensa para fazer notícias, tem o pessoal de RP que vai fazer os eventos e a propaganda que vai ser produzida. Qual é a ligação entre o que é comunicação a partir daí?

ORGANICOM – Enquanto pesquisadora e referência sobre esse tema, como os cursos na área da comunicação, ou seja, jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, entre outras áreas afins, podem contribuir com a comunicação pública das instituições brasileiras?

Maria Helena Weber – A comunicação pública está muito presente na sociedade em diferentes instituições sociais, então ela teria que ser uma disciplina para todos os cursos da comunicação, comunicação política e pública. Porque esses jornalistas não vão trabalhar apenas em jornais ou ter seus próprios sites, eles vão trabalhar também em assessorias dentro do jornalismo, assessoria da comunicação pública, da política, porque é uma responsabilidade grande lidar com isso. E na área de propaganda também, porque eles teriam que traduzir, na sua estética, nas suas estratégias, esse aspecto. Mas, em geral, a área de comunicação pública aparece nos cursos de relações públicas. Eu não tenho um levantamento de todos, mas, por exemplo, na nossa universidade, ela é uma disciplina do curso de relações públicas. E na pós-graduação, eu costumo ministrar, no mínimo anualmente, uma disciplina que está vinculada a essa discussão. No semestre passado, foi sobre o paradoxo político comunicacional, em que eu abordava isso. Então, é fundamental que as instituições de ensino



trabalhem com esse conceito, com esse tipo de pesquisa, porque o campo todo se abre. Todas as instituições políticas, todas as instituições governamentais, as universidades, os sindicatos, as sociedades organizadas da sociedade civil, tudo isso tem a obrigação de atender ao interesse público. É muito grande a abrangência.

ORGANICOM – Professora, fique à vontade para fazer suas colocações finais a respeito do tema Comunicação Pública e a respeito do Observatório.

Maria Helena Weber – Quero só ratificar o que eu disse de diferentes maneiras, que a comunicação pública é essencial para a qualidade da democracia. Ou seja, o modo com que os atores políticos e de governo vão estabelecendo relações, comunicação com a sociedade, com outros políticos, teria que ser baseado no interesse público, no sentido de promover a compreensão de que a comunicação pública é imanente ao estado democrático. Então, esse debate talvez pudesse ser trazido à tona para mostrar esse modo de funcionamento. Quando uma sociedade e grupos sociais vão para a rua fazer greve, se manifestam, eles estão falando. Como nós temos agora com os grupos indígenas em Brasília, como está acontecendo nesse momento a discussão do marco temporal, a promoção e visibilidade desses atos também é responsabilidade do governo. O grande desafio é que as instituições públicas, democráticas, republicanas, entendam o que significa essa comunicação pública na vida da democracia e na relação que essas instituições vão ter com a sociedade e com outros órgãos. E tomara que o OBCOMP consiga contribuir minimamente.

Artigo recebido em 12.05.2024 e aprovado em 03.06.2024